

# O Brasil não pode trabalhar meio expediente

Flávio Rotman

Economia - Brasil

*"Nação alguma he independente, se precisa de sustento estrangeiro: Nação alguma he rica e poderosa se o terreno onde mora anda inculto e baldio: e se a pouca Agricultura que possui depende inteiramente dos esforços e desvelos únicos da classe a mais pobre e menos instruída. Quem haverá hoje tão falto de razão que possa duvidar de taes verdades?"*

(José Bonifácio de Andrade e Silva — Academia Real de Sciencias de Lisboa-1815).

**N**A virada do século XX, o Brasil terá que lutar contra três fenômenos inter-relacionados e inquietantes com respeito à produção de alimentos. São eles: o recente declínio do consumo per capita de cereais, a incapacidade de recompor as reservas esgotadas desses gêneros e a tendência crescente de depender da importação de cereais do mercado externo. E a FAO já deu o alerta: o mundo está fazendo menos comida! A produção global de alimentos aumentou apenas 0,9 e 0,5% em 1978 e 1979, respectivamente, e a dependência dos países ricos e dos países em desenvolvimento, de cereal importado, cresceu dramaticamente, atingindo um total de 98 milhões de toneladas no período 1980-1981.

A FAO considera que o nível mínimo de segurança das reservas mundiais de cereais deve situar-se em 17% do consumo mundial. Eles desceram desse patamar para 13% em 73; e depois se mantiveram ao redor de 14% até 76; depois de subirem para 19% em 79, voltaram a cair a 17% em 1980 e deverão ter baixado a 14% no ano passado. Para agravar toda esta situação, surge o fator devastador desempenhado pelo rápido crescimento demográfico, que

desempenha papel dominante na reformulação dos modelos do comércio mundial de alimentos.

No Brasil o crescimento zero deverá ser atingido no ano 2075, quando o país terá uma população em torno de 281 milhões de habitantes. O crescimento da população brasileira está se verificando em níveis inferiores aos do período 1960-1970, quando era de 2,9%. No período de 1970-1979, o crescimento caiu para 2,1%. Pelas projeções do Banco Mundial, o Brasil, hoje com cerca de 120 milhões de habitantes, chegará ao ano 2000 com 177 milhões de pessoas. Técnicos do Banco Mundial chegaram à conclusão de que somente 37,3% da população brasileira teriam um nível de consumo energético igual ou superior ao recomendado pela FAO-OMS e de que 62,7% das famílias restantes teriam uma ingestão calórica inferior àquela internacionalmente prevista. Em outra forma de estudo, o IBGE concluiu que 53% dos municípios estariam em risco nutricional (mais de 7% das famílias com um consumo calórico inferior a 90% das necessidades), e de que em 27% dos municípios esse risco seria alto (mais de 30% das famílias), ou intermediário (mais de 15% das famílias). Com este incrível consumo, só trabalhamos meio expediente.

E, para nossa infelicidade, os bebês brasileiros estão pesando e crescendo menos. Pelo menos é o que demonstra pesquisa realizada em 1981 sobre as características do recém-nascido brasileiro, feita pela Sociedade Brasileira de Pediatria, revelando que 8,5% das crianças brasileiras nasceram com peso abaixo do normal e que, deste grupo, 90% sofrem de desnutrição. Nesta pesquisa foram estudados 101 mil recém-nascidos em todas as capitais, sendo Recife, Macaé, Natal, Brasília e São Luís, as cidades que apresentaram índices

maiores do que 10% de peso baixo ao nascer. Com índices entre 9 e 8% ficaram as capitais de Belo Horizonte, Goiânia, João Pessoa, Rio Branco, Fortaleza. O Rio de Janeiro, Teresina, Salvador, São Paulo, Aracaju e Cuiabá apresentaram índices entre 7 e 8%, restando Campo Grande com 6,9%, Manaus e Porto Alegre com 6,4%, e Vitória com o menor índice de crianças de baixo peso, com 5,4%.

Continuando na desnutrição, essas crianças, quando atingirem a idade adulta, jamais conseguirão ultrapassar a altura de 1,5 metro. E mesmo assim, o Brasil continua gastando 80% do milho que produz, e que poderia ser transformado em farinha e outros produtos para consumo humano, na alimentação dos seus rebanhos. E a distribuição discordante de alimentos e aquisição calórica deficitária de nutrientes sempre proporcional aos baixos salários explicam por que o perfil da morbi-letalidade no País sempre terá muito a ver com o estado carente nutricional do nosso povo. Nosso consumo per capita de pão corresponde a somente 80 gramas diárias por pessoa, e, se ele tem uma participação importante na dieta total, ainda está muito aquém do consumo recomendado pela FAO: 240 gramas diárias por pessoa.

Com um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, representado por 100 milhões de cabeças, o consumo de leite per capita/dia chegou à cifra de 90 ml/dia por pessoa contra os 400 ml normalmente exigidos pela FAO. Nas classes menos favorecidas de 1 — 2 — 3 salários mínimos, o consumo de leite atingiu o valor zero. A produção de carne bovina em 1981 foi inferior à dos anos anteriores. Exportamos 165 mil toneladas em 1980, e ficamos com um incrível e reduzidíssimo consumo humano per capita/ano de 10kg/ano/pessoa.

O desemprego, hoje um preocupante problema no Brasil, contribuiu também para o agravamento da situação alimentar. Foram vários produtos alimentares que sofreram quedas apreciáveis de venda, por causa dos baixos salários e do seu respectivo poder aquisitivo rebaixado. Em termos de poder aquisitivo do trabalhador em 1977, a média do salário mínimo total dava para comprar 47kg de carne, enquanto no ano de 1980 foi somente suficiente para comprar 29,5kg. Por isso mesmo, considerando prioridades e gravidades, acreditamos ser muito mais importante no momento produzir mais comida do que centralizar a força do dinheiro em outro tipo de geração de energia. Esta é a prioridade um do nosso povo.

Os países mais ricos, donos do mercado de alimentos, estão entretanto investindo mais na área energética, onde os lucros são mais rendosos. Não existe no mundo máquina que esteja parada por falta de energia, mas há 400 milhões de seres humanos vivendo em estado permanente de subnutrição, representando uma ameaça crescente para a paz e a estabilidade das nações pobres.

**A** nossa agricultura antigamente caracterizava-se por baixa produtividade e custo operacional barato. Atualmente, ela se apresenta com custo operacional elevado mas com a mesma baixa produtividade. Não podendo alargar a fronteira agrícola em direção a terras novas, pois a terra teve seus preços quadruplicados, os lucros na produção vieram menos da agricultura extensiva e muito mais da agricultura intensiva. Infelizmente, no nosso país os preços dos insumos evoluíram mais rapidamente que os preços recebidos pela produção. E, para agravar esta situação, vamos encontrar uma dimi-

nuição do número de proprietários e o crescimento do tamanho médio das propriedades, sumindo gradativamente aquelas com menos de cem hectares e aumentando o número das que têm mais de cem mil hectares. É o latifúndio reerguendo-se novamente no Brasil. Se o fazendeiro brasileiro, aplicando seu dinheiro em títulos do Tesouro, tem uma remuneração superior a 100% ao ano e está livre de riscos, impostos, problemas trabalhistas, guias, PIS, FGTS, alvarás, geadas, doenças, pragas, qual seria então o seu estímulo para desfazer-se de sua liquidez e construir e investir em novas fazendas e tecnologia avançada?

Portanto, pelo telex, sem esforço algum, o dono do capital não investe na agricultura, assegurando em minutos a sua renda. Fica criada assim a Economia do Jogo e não a Economia da Produção Agrícola; enfraquecendo a moral e o pioneirismo do agricultor brasileiro. Por isso mesmo, a área plantada para produzir alimentos aumentou somente 2% entre 1980 e 1981. A agricultura precisa ser encarada como atividade econômica competitiva e capaz de remunerar os fatores de produção. Desde o trabalho humano, certamente o primeiro e mais importante dos fatores, ao capital utilizado, incluindo as máquinas, os fertilizantes e defensivos, que a agricultura de nossos dias não pode dispensar. A agricultura tem de transformar-se, e tão rapidamente quanto possível, na tecnologia capaz de produzir alimentos e matérias-primas competitivos, sem prejuízo para a capacidade produtiva dos solos utilizados, para poder gerar como vetor final a energia que empurre o desenvolvimento sócio-econômico presente e futuro do nosso País.